



**CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE  
E DE ÁREAS PROTEGIDAS**  
**Ata da 7ª reunião, realizada em 24 de julho de 2017**

1 Em 24 de julho de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Proteção à  
2 Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), na sede da Secretaria de Estado  
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo  
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Henri Dubois Collet, representante da SEMAD. Representantes do  
6 poder público: Daniel Rennó Tenenwurcel, da Secretaria de Estado de  
7 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
8 (Sedectes); Newton de Carvalho Júnior, da Secretaria de Estado de Turismo  
9 (Setur); Ricardo Luiz Barbosa Guimarães, da Fundação de Amparo à Pesquisa  
10 de Minas Gerais (Fapemig); Nino Antônio Camini, do Instituto Brasileiro do Meio  
11 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Frederico Drumond  
12 Martins, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).  
13 Representantes do setor produtivo: Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação  
14 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos  
15 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
16 (Faemg); Rogério Pinto Vasconcellos, do Sindicato da Indústria Mineral do  
17 Estado de Minas Gerais (Sindiextra). Representantes da sociedade civil:  
18 Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da Associação para a Gestão  
19 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); André Mundstock Xavier de  
20 Carvalho, da Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba;  
21 Geraldo José dos Santos, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
22 (Crea/MG). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**  
23 **BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. O  
24 presidente Henri Dubois Collet declarou aberta a 7ª reunião da Câmara de  
25 Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas e deu boas-vindas a todos. **3)**  
26 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS**. Não houve  
27 manifestações. **4) EXAME DA ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPB**. Aprovada por  
28 unanimidade a ata da 6ª reunião da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de  
29 Áreas Protegidas, realizada em 26 de junho de 2017. **5) COMPENSAÇÃO**  
30 **AMBIENTAL. Apresentação: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade**  
31 **(Funbio)**. Rosa Lemos de Sá fez exposição sobre o Fundo Brasileiro para a  
32 Biodiversidade (Funbio), suas ações e projetos, destacando a experiência com a  
33 atuação em áreas protegidas e detalhando o mecanismo financeiro de  
34 compensação ambiental e de outros recursos adotado no Estado do Rio  
35 Janeiro. Destacou que “a transparência é o carro-chefe”, com auditoria,  
36 aprovação por uma câmara de compensação e publicação no site da Secretaria

37 de Meio Ambiente. Após a exposição, foram esclarecidas questões levantadas  
38 pelos conselheiros. O presidente Henri Dubois Collet registrou “um desafio” para  
39 a Diretoria de Unidades de Conservação do IEF para que continue as tratativas  
40 com o Funbio para implantar um sistema similar em Minas Gerais. “Eu vejo que  
41 temos hoje uma grande oportunidade na mão, e é um desafio para a equipe,  
42 para que possamos trazer, na próxima reunião, uma proposta de como iremos  
43 fazer com as nossas compensações, em função das propostas que estamos  
44 tendo e das mudanças que estamos fazendo, das mudanças que vemos que o  
45 próprio ICMBio está fazendo.” O conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti  
46 questionou sobre aquisição de bens e serviços para unidades de conservação e  
47 se é feita pelo Funbio aquisição de áreas no interior de unidades pendentes de  
48 regularização fundiária. E pontuou que esse seria o maior problema em Minas  
49 Gerais. Rosa Lemos de Sá/Funbio: “O Funbio faz, sim, regularização fundiária.  
50 Os recursos de compensação no Rio de Janeiro foram de R\$ 27 milhões na  
51 aquisição de áreas dentro de unidades de conservação. Mas eu tenho que ser  
52 muito clara: não negociamos, não avaliamos, não lidamos com o proprietário. O  
53 Estado é que faz a avaliação, a negociação com o proprietário, e o Funbio  
54 recebe o boleto negociado para depositar o recurso na conta do proprietário ou  
55 em uma conta bancária judicial.” O conselheiro Frederico Drumond Martins  
56 questionou sobre o detalhamento de projetos para se chegar a uma  
57 especificação técnica adequada, perguntou se há pagamento de taxa  
58 administrativa, se o Estado poderia fazer parceria com o Funbio e optar por  
59 outra fundação e se são realizadas contratações via CLT e concedidas bolsas  
60 de pesquisas. Rosa Lemos de Sá/Funbio esclareceu que a fundação tem  
61 grande experiência com unidades de conservação e dá o apoio necessário para  
62 o detalhamento de projetos. No caso de compensação ambiental, disse que não  
63 há cobrança de taxa administrativa e explicou que a Fundação não tem fins  
64 lucrativos. “Na nossa forma de recuperação de custos, nós temos uma tabela de  
65 valores do custo da hora de um advogado, de um técnico, de um financeiro,  
66 contador etc. São contabilizadas as horas trabalhadas em cada uma das  
67 categorias, e é cobrado no fim do mês. O Estado recebe um relatório das horas  
68 trabalhadas de cada profissional, sua atuação e em que projeto. Não tem taxas  
69 nem lucro. Sobre concorrência, é possível, e está sujeita a chamada pública,  
70 considerando experiência, caráter da instituição, vocação para trabalhar com  
71 unidades de conservação etc. Quanto a contratação, são todos os funcionários  
72 contratados por CLT, e é apoiado também o programa de bolsas de estudos.” O  
73 conselheiro Rogério Pinto Vasconcellos solicitou informações sobre a  
74 regularização documental das terras, se é feita pelo governo ou pela fundação.  
75 Rosa Lemos de Sá/Funbio esclareceu que a fundação só realiza o pagamento,  
76 ficando o Estado responsável pelas avaliações, negociações e demais atos  
77 necessários à regularização fundiária. Conselheiro Thiago Rodrigues  
78 Cavalcanti: “A dificuldade maior que temos visto nas reuniões, do que tem sido  
79 dito de dificuldades do Estado, é a falta de pessoal para identificação das áreas,

80 levantamento dos documentos para deixar a área pronta para aquisição do  
81 Estado. Talvez seja o caso, nesse chamamento, de se incluir também esse tipo  
82 de atividade para que o contratado realize isso, porque também faz parte da  
83 regularização fundiária.” Rosa Lemos de Sá/Funbio afirmou que no Rio de  
84 Janeiro foi contratada uma empresa pelo Funbio, monitorada pelo Estado, que  
85 presta esse tipo de serviço ao Estado. O conselheiro Ricardo Luiz Barbosa  
86 Guimarães perguntou se os projetos apoiados pelo Funbio são de qualquer área  
87 de pesquisa, como social e econômica, ou se há limitação de áreas específicas.  
88 Rosa Lemos de Sá explicou que os projetos com recursos da compensação  
89 ambiental seguem as linhas estabelecidas no artigo 36 da Lei do Snuc, quanto  
90 às prioridades de aplicação em unidades de conservação. “Mas, além de  
91 projetos como compra de equipamentos e serviços, nós apoiamos também, no  
92 Rio de Janeiro, projetos, por exemplo, de educação ambiental no entorno.”  
93 Presidente Henri Dubois Collet: “No momento, a nossa Gerência de  
94 Regularização Fundiária está só aguardando a publicação do Grupo de  
95 Trabalho. Assim que sair a publicação, esse GT vai ter a primeira reunião para  
96 darmos prosseguimento ao que iniciamos. Mas o serviço não está parado. Nós  
97 conseguimos capacitar um avaliador, que está trabalhando e fez avaliações do  
98 Parque da Serra da Candonga. No momento, está trabalhando com avaliação  
99 do Parque Serra das Araras, que já tinha previsão de avaliação, e também com  
100 o Parque Sete Salões. O grande problema que temos é, realmente, a  
101 comprovação da titularidade da propriedade. Vemos que várias propriedades  
102 ainda são posses, então é onde temos o maior gargalo e entraves. Mas eu  
103 acredito que agora com esse trabalho, uma vez feita a avaliação, definida toda a  
104 área, feitos o georreferenciamento, a inscrição no CAR e todas as informações,  
105 com os confrontantes assinando, nós vamos conseguir avançar bem nessa  
106 questão de regularização. Precisamos mesmo é de mais gente, e o processo  
107 passa por essa possibilidade de aplicação de recursos através de um fundo.”  
108 **Criação de grupo de trabalho.** Após as discussões, a Câmara aprovou por  
109 unanimidade a criação do Grupo de Trabalho de Regularização Fundiária e  
110 Compensação Ambiental, composto pelos conselheiros representantes da  
111 Fiemg, Faemg, Crea, Sindiextra, Ibama, Fapemig, Angá, ICMBio e IEF. **6)**  
112 **BOSQUE MODELO. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).**  
113 Leonardo Diniz, gerente de Incentivos Econômicos à Sustentabilidade/IEF fez  
114 apresentação sobre bosque modelo, destacando que se trata de um dos  
115 instrumentos de gestão territorial que estão sendo fortalecidos no Estado de  
116 Minas Gerais, o conceito, princípios que norteiam, a Rede Iberoamericana de  
117 Bosque Modelo e os exemplos em Minas. **7) PROCESSOS**  
118 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
119 **CONFORME POA 2017. 7.1) AB Florestal empreendimentos imobiliários,**  
120 **atividades florestais e participações Ltda. Silvicultura e produção de**  
121 **carvão oriunda de floresta plantada. Paracatu/MG. PA 04158/2004/001/2013.**  
122 **Classe 5. Apresentação: GCA/IEF.** Processo baixado em diligência pela

123 Presidência para esclarecimentos da Advocacia Geral do Estado, com a  
124 presença na próxima reunião da Câmara, quanto às dúvidas apontadas pelo  
125 empreendedor relativas a correção monetária com base no valor contábil  
126 líquido. **7.2) Areão Energia S/A. CGH Areão. Barragens de geração de**  
127 **energia hidrelétrica, postos revendedores, postos de abastecimento,**  
128 **instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes. São Francisco do**  
129 **Glória/MG. PA 14339/2011/001/2011. Classe 3. Apresentação: GCA/IEF.**  
130 **Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer**  
131 **Único. 7.3) Distribuidora de Carnes Bom Boi Ltda. Abate de animais de**  
132 **médio e grande portes, suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos,**  
133 **bubalinos, muares etc. Pará de Minas/MG. PA 02371/2002/003/2008. Classe**  
134 **5. Apresentação: GCA/IEF.** **Compensação ambiental aprovada por**  
135 **unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenções dos conselheiros**  
136 **representantes da Fiemg e do Sindiextra. Conselheiro Thiago Rodrigues**  
137 **Cavalcanti: “Eu vou pedir abstenção neste processo porque teve atualização do**  
138 **valor contábil líquido.” Conselheiro Rogério Pinto Vasconcellos: “Nós vamos**  
139 **acompanhar pelos mesmos motivos da Fiemg.” 7.4) Minas Mais Alimentos**  
140 **Ltda. Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não**  
141 **classificados. Patos de Minas/MG. PA 14700/2013/001/2013. Classe 5.**  
142 **Apresentação: GCA/IEF.** **Compensação ambiental aprovada por unanimidade**  
143 **nos termos do Parecer Único, com abstenções dos conselheiros representantes**  
144 **da Fiemg e do Sindiextra, com a mesma justificativa do item anterior. 7.5) Vale**  
145 **S/A. Mina de Mar Azul. Pilhas de rejeito / estéril. Nova Lima/MG. PA**  
146 **36129/2015/001/2015 e PA 00115/1990/003/2014, DNPM 839/1966 e**  
147 **7855/1957. Classe 6. Apresentação: GCA/IEF.** **Compensação ambiental**  
148 **aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 8) PROCESSO**  
149 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
150 **DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS.**  
151 **8.1) Nacional de Grafite Ltda. Lavras e extrações (pilhas de rejeito / estéril).**  
152 **Carmo da Mata/MG. PA 08021/2007/002/2012, DNPM 831.956/2002. Classe 3.**  
153 **Apresentação: Escritório Regional Centro-Oeste.** **Compensação ambiental**  
154 **aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. 9) PROCESSOS**  
155 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**  
156 **DECORRENTES DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA**  
157 **PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA. 9.1) Vale Fertilizantes S/A.**  
158 **Barragem de contenção de rejeitos / resíduos. Tapira/MG. PA**  
159 **00001/1988/028/2017 e 00001/1988/029/2017. DNPM 930.785/1988. Classe 6.**  
160 **Apresentação: Escritório Regional Alto Paranaíba.** **Compensação ambiental**  
161 **aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Transcrição solicitada**  
162 **pelo conselheiro representante da Angá. Conselheiro Gustavo Bernardino**  
163 **Malacco da Silva: “Eu não tenho questionamento em relação ao processo, que**  
164 **está bem instruído. Eu só queria fazer uma apresentação rápida, de cinco**

165 slides. Essa região próxima do empreendimento da Vale, de Tapira, e outros  
166 empreendimentos também minerários em relação a Fertilizantes, em Araxá,  
167 Patrocínio, Tapira, inseridos dentro da bacia do rio Araguari. Já tem em outros  
168 POAs aprovados estudos para subsidiar a criação de unidades de conservação  
169 na bacia do rio Quebra Anzol, afluente do rio Araguari. Eu gostaria de trazer  
170 essa discussão aqui, seja por meio da compensação minerária ou por esse tipo  
171 também de compensação da Mata Atlântica, porque essa região do que Quebra  
172 Anzol é muito importante, que abriga populações representativas de pato-  
173 mergulhão. São áreas prioritárias para conservação, inclusive, classificadas de  
174 muito alta, alta e também de extrema importância biológica. Nos dois primeiros  
175 slides, aquelas duas bolas vermelhas: a maior, a região do ribeirão Salitre; a  
176 menor, do lado esquerdo, a RPPN Galheiro. A RPPN Galheiro é de propriedade  
177 da Cemig, tem cerca de 3.000 hectares. E toda essa bola vermelha maior, do  
178 lado direito, tem cerca de 10.000 hectares contínuos de campos e cerrados  
179 nessa região. Um zoom do lado esquerdo da RPPN de Galheiro e do lado  
180 direito. O bloco maior de vegetação é bem contínuo ao sul do município de  
181 Patrocínio, da área urbana. A área do ribeirão Salitre. E eu tirei do Sicar as  
182 reservas legais averbadas nessa região. Mais na parte ao sul do ribeirão Salitre,  
183 tem por volta de 4.000 a 5.000 hectares de reservas legais averbadas. Boa  
184 parte delas é da empresa Cachuana. E outra imagem, mais ao norte, já um  
185 pouco menos de reservas legais averbadas, mas que estão bem mais  
186 dispersas. A área à direita, em amarelo, é a área justamente em que a empresa  
187 propôs a recuperação da área, não de toda a propriedade. Mas eu queria  
188 chamar atenção. Nós temos deparado, nos últimos anos, com solicitações de  
189 desmatamento nessa região, e está sendo muito difícil segurar esses  
190 processos, porque, acima dos 20%, infelizmente, a legislação de Minas Gerais é  
191 muito permissiva, só exige inventário florestal. E nós estamos perdendo uma  
192 oportunidade. Poderíamos estar usando o CAR. E, por meio dessas  
193 compensações minerárias, por meio dessas compensações do bioma Mata  
194 Atlântica dentro das áreas de floresta estacional etc., nós poderíamos fazer a  
195 conservação dessa área praticamente com recursos privados. Então eu venho  
196 falar neste Conselho, destacar essa região. Seria o maior bloco de vegetação  
197 nas regiões do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. São cerca de 10.000  
198 hectares, mais os 3.000 hectares de Galheiros, próximo dessa RPPN. Nós  
199 estamos falando de 13.000 hectares, e estamos perdendo oportunidades se não  
200 agirmos logo em relação a essa questão. Eu estive reunido com a empresa,  
201 com a Vale, na sexta-feira, justamente para saber dela sobre essa região.  
202 Parece que eles têm 1.000 hectares de reserva legal nesse bloco de vegetação  
203 e têm em curso um processo de compensação minerária. Eu peço ao IEF que  
204 olhe com bons olhos, a Regional do IEF, que tem bons técnicos lá trabalhando  
205 nessa questão, que tente, talvez, dentro das áreas que têm excesso de reserva  
206 legal, direcionar essas compensações para essa região de forma estratégica,  
207 para conservar o que ainda tem como área prioritária para conservação. E

208 preserva populações de pato-mergulhão e um contínuo bem preservado de  
209 campos naturais do cerrado. Eu só queria deixar essa fala, que em outros  
210 processos, não só da Vale, mas da CPRM, da Galvani, sabemos que têm várias  
211 compensações minerárias na região, para que possamos fazer uma discussão  
212 estratégica a respeito desse assunto.” Presidente Henri Dubois Collet: “Na  
213 semana passada, nós já tivemos uma reunião com a equipe da região e a nossa  
214 equipe para criação de unidade de conservação, com uma proposta para,  
215 efetivamente, estudar essa possibilidade de proteção do pato-mergulhão.  
216 Estamos dando os encaminhamentos, e espero que talvez na próxima ou nos  
217 próximos dias possamos ter esclarecimentos do trabalho, e possamos trazer o  
218 status do trabalho e mostrar o que estamos propondo para a região.”  
219 Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Sobre o pato-mergulhão,  
220 só diferenciar que há regiões em que ocorre que estão em áreas mais  
221 degradadas, que ele depende do ambiente especialmente preservado, e tem  
222 esse grande bloco de vegetação. Eu só estou pedindo um pouco de atenção.  
223 Teve desmatamento de 100 hectares dentro desse bloco de vegetação, no ano  
224 passado, na caneta mesmo do superintendente da Supram, infelizmente. No  
225 final do ano, nós tivemos até um acordo, nós vínhamos discutindo, para que  
226 outros estudos fossem exigidos e não só o inventário florestal. Infelizmente, o  
227 superintendente passou por cima desse acordo, logo na saída dele, e canetou  
228 isso aí. E podemos dizer, tranquilamente, por causa da influência política com  
229 relação a deputado estadual. Então eu gostaria de solicitar que tenham atenção  
230 nessa região, aproveitem os dados do pato-mergulhão, que vão, sim, com  
231 certeza, subsidiar esse bloco, mas há outros elementos. Eu acho que nós  
232 podemos casar isso, o IEF com as empresas, nos processos de licenciamento  
233 que se aproximam, de renovação de Licença de Operação, algo que possamos  
234 trabalhar e tentar preservar esse bloco.” **9.2) Vale S/A. Barragem de  
235 contenção de rejeitos / resíduos. Itabirito/MG. PA 00211/1991/072/2016,  
236 DNPM 930.593/1988. Classe 6. Apresentação: Escritório Regional Centro-  
237 Sul. Compensação ambiental aprovada por unanimidade nos termos do Parecer  
238 Único. 9.3) Mineração João Vaz Sobrinho Ltda. Lavra a céu aberto ou  
239 subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento. Pains/MG. PA  
240 12356/2006/001/2009, DNPM 830.547/1995. Classe 6. Apresentação:  
241 Escritório Regional Centro-Oeste. Compensação ambiental aprovada por  
242 unanimidade nos termos do Parecer Único. 10) PROCESSOS  
243 ADMINISTRATIVOS PARA CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO  
244 PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN) PARA ANÁLISE, DISCUSSÃO E  
245 DELIBERAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 13, DO DECRETO Nº  
246 46.953/2016. 10.1) RPPN Tabaroa. Propriedade de Alexandre Teixeira de  
247 Figueiredo. Área aprovada: 20,00 hectares. Prados/MG. PA  
248 09000001351/2014. Apresentação: GCIAP/IEF. RPPN aprovada por  
249 unanimidade nos termos do parecer do IEF. 10.2) RPPN Sítio Nutrealma.**

250 **Propriedade de Camila de Moura Campos. Área aprovada: 1,48 hectares.**  
251 **Brumadinho/MG. PA 001973301501/2016. Apresentação: GCIAP/IEF. RPPN**  
252 **aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF. 10.3) RPPN Haras**  
253 **Felicita. Propriedade de Valdete Amorim Campos e Geraldo Egg Carmo.**  
254 **Área aprovada: 3,7972 hectares. Piedade do Paraopeba/MG. PA**  
255 **0011973301501/2016B. Apresentação: GCIAP/IEF. RPPN aprovada por**  
256 **unanimidade nos termos do parecer do IEF. 10.4) RPPN Estrela da Manhã.**  
257 **Propriedade de Ical Indústria de Calcinação Ltda. Área aprovada: 85,14**  
258 **hectares. Dom Bosco/MG. PA 001801101501/2016. Apresentação:**  
259 **GCIAP/IEF. RPPN aprovada por unanimidade nos termos do parecer do IEF.**  
260 **11) PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARA**  
261 **ANÁLISE E APROVAÇÃO NOS TERMOS DO ART. 13, INCISO II, DO**  
262 **DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 11.1) Proposta de Criação do Parque**  
263 **Estadual Serra Negra da Mantiqueira. Apresentação: GCIAP/IEF. Retorno**  
264 **de vista: conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira. Unidade de**  
265 **conservação aprovada por unanimidade nos termos da proposta apresentada.**  
266 **Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Se não existe recurso orçamentário**  
267 **para unidade de conservação, ainda que sejam muito nobres os estudos e a**  
268 **apresentação, é um ponto de preocupação. Se não existe dinheiro para fazer a**  
269 **regularização. Porque nós estamos sabendo o que é a dificuldade de**  
270 **regularização de unidades de conservação.” Conselheiro Gustavo Bernardino**  
271 **Malacco da Silva: “Eu queria parabenizar a equipe do IEF pela apresentação**  
272 **dessa proposta. Estamos aguardando outras unidades. Foi um trabalho em que**  
273 **vemos que o IEF se debruçou, verificou a questão de diminuição dos conflitos.**  
274 **É pena ainda alguns setores não entenderem e acharem que unidades de**  
275 **conservação parecem que ainda são só um problema, e se esquecem, alguns**  
276 **conselheiros, do serviço ecossistêmico que esses locais propiciam, proteção de**  
277 **áreas de recarga, proteção de biodiversidade, geração de renda por meio de**  
278 **turismo, com é o Parque Estadual do Ibitipoca. Então eu só queria destacar isso**  
279 **aqui e parabenizar a equipe do IEF.” 12) PLANO DE MANEJO DE UNIDADE**  
280 **DE CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO NOS TERMOS DO**  
281 **ART. 13, INCISO IV, DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016. 12.1) PLANO**  
282 **DE MANEJO - MONUMENTO NATURAL ESTADUAL DA SERRA DA MOEDA**  
283 **E DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA ESTADUAL DE ARÊDES. Responsável:**  
284 **Gerência de Unidade de Conservação (Geuc). Processo retirado de pauta**  
285 **com pedido de vista do conselheiro Geraldo José dos Santos e vista conjunta**  
286 **solicitada pelos conselheiros Thiago Rodrigues Cavalcanti, Carlos Alberto**  
287 **Santos Oliveira e Rogério Pinto Vasconcellos. Conselheiro Geraldo José dos**  
288 **Santos: “Eu gostaria de dizer que andei discutindo com o pessoal da Prefeitura**  
289 **de Itabirito e também com o pessoal da Fiemg. Esse processo parece que está**  
290 **voltando de diligência, mas ainda assim tem algumas questões que eu**  
291 **precisaria de entender melhor, e gostaria de resolver durante um período de**

292 estudo melhor dessa situação. E por essa razão eu estou pedindo vista desse  
293 processo e gostaria de pedir até a Fiemg que, por fineza, me ajudasse a  
294 entender, porque já participou do grupo anterior. Então que me ajudasse a  
295 entender melhor esse processo.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu  
296 vou pedir vista conjunta para poder avaliar esses pontos levantados pelo  
297 Geraldo.” **13) PLANO DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS**  
298 **DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO NOS**  
299 **TERMOS DO ART. 13, INCISO XIII, DO DECRETO ESTADUAL Nº**  
300 **46.953/2016. 13.1) Plano de Trabalho Parque Natural Municipal Dona Ziza.**  
301 **Aplicação de recursos advindos do processo PA/Nº 01162/2002/018/2011,**  
302 **Ical Indústria de Calcinação Ltda. Responsável: Secretaria Municipal de**  
303 **Pains.** Plano de trabalho aprovado por unanimidade nos termos da proposta  
304 apresentada. **13) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem  
305 tratados, o presidente Henri Dubois Collet agradeceu a presença de todos e  
306 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

---

307  
308  
309  
310  
311 **João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento**  
312 **Presidente de Câmara de Proteção à Biodiversidade**  
313 **e de Áreas Protegidas**